

**AO ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREFEITO (A) DEPARTAMENTO JURÍDICO E SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE SÃO VENDELINO – RS**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**

**“AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILOMETRO, PARA O GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE OBRAS”**

A empresa **SINOSCAR/SA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 91.688.234/0001-29, sediada a Avenida Pedro Adams Filho, 3790, bairro Pátria Nova, na cidade de Novo Hamburgo/RS, CEP 93.320-004, e-mail: [vitor@sinoscar.com.br](mailto:vitor@sinoscar.com.br), representado pelo seu representante que esta subscreve, vêm respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

com base nos seguintes fatos e direito:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

A data de abertura da sessão pública esta marcada para o dia 23 de junho de 2025. A presente impugnação foi enviada dia 16 de junho de 2025. Portanto, conforme item 22.1 do edital o presente recurso é tempestivo e merece conhecimento e art. 164 da NLL 14.133/21, o presente recurso é tempestivo e merece conhecimento.

## II- DOS FATOS

Após conhecimento da publicação do edital, e, breve análise, verificamos na descrição do objeto do item 001 (VEÍCULO “SUV”), exigência que reduz a competitividade do certame, busca da proposta mais vantajosa à administração pública, bem como do interesse público, conforme comprovaremos a seguir.

Na descrição do objeto do item 001 (VEÍCULO “SUV”), solicita-se o seguinte:

Aquisição de veículo “SUV” com as seguintes características:

(...) **freios a disco nas quatro rodas;**

A exigência destacada acima na descrição do objeto, é a que faz urgir a necessidade de retificação do edital. Em demais descrições, nosso veículo atende ao edital. É preciso se ter a compreensão, que havendo retificação no tocante ao descritivo do objeto, não haverá prejuízos a este erário, pois a única intenção desta IMPUGNANTE é em ampliar a competitividade no futuro certame, aumentando, ainda mais a possibilidade de se alcançar a proposta mais vantajosa na busca de economicidade, sem restringir a participação de outras empresas (fabricantes de veículos).

Está é a síntese necessária.

## III- DO DIREITO

Pretendemos ofertar o veículo CHEVROLET TRACKER PREMIER 1.2 TURBO, que possui freios a disco nas rodas dianteiras e nas rodas traseiras a tambor. O CHEVROLET TRACKER PREMIER 1.2 TURBO, tem de série os seguintes itens de segurança:

- 06 AIRBAGS (DUPLO FRONTAL, DUPLO LATERAL E DUPLO DE CORTINA);
- ALERTA DE COLISÃO FRONTAL;
- ALERTA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA;
- ALERTA DE PONTO CEGO;
- CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO (ESC);
- FRENAGEM AUTOMÁTICA DE EMERGÊNCIA EM BAIXA VELOCIDADE;
- SISTEMA DE FREIOS COM ABS, SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE FRENAGEM ("EBD") E ASSISTÊNCIA DE FRENAGEM DE URGÊNCIA ("PBA");

Em veículos com tração dianteira, como a CHEVROLET TRACKER PREMIER 1.2 TURBO, é comum encontrar freios a disco na dianteira e freios a tambor na traseira devido à distribuição de peso e força de frenagem. A maior parte do peso e da força de frenagem em carros com tração dianteira concentra-se na frente, o que justifica o uso de discos, mais eficientes em dissipar calor e resistir ao desgaste, nas rodas dianteiras. Os freios a tambor, mais simples e baratos, são suficientes para a traseira, onde a exigência de frenagem é menor.

A combinação de freios a disco na dianteira e a tambor na traseira oferece um bom equilíbrio entre desempenho de frenagem, custo e durabilidade para a maioria dos carros de passeio com tração dianteira.

Um dos fatores mais determinantes é a distribuição de frenagem em cada eixo. Elucida-se, que em carros de passeio com tração dianteira e distância entre eixos curta, as rodas da frente podem concentrar 80% da frenagem, enquanto as de trás ficam com apenas 20%.

Em seu informativo nº 266, o TCU entende que:

*“No planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.” (Grifamos)*

No tocante as especificações sem justificativas técnicas/operacionais e econômicas, em recente decisão o TCU determinou a anulação de licitação e contrato nos seguintes termos:

TCU ACÓRDÃO 214/2020 - PLENÁRIO

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA LIMPA- GO COM PREVISÃO DE APORTE DE RECURSOS FEDERAIS. **RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE DO CERTAME QUANTO A UM DOS EQUIPAMENTOS LICITADOS** (PÁ CARREGADEIRA). **REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA QUE A LICITAÇÃO SEJA ANULADA QUANTO AO REFERIDO ITEM, ASSIM COMO O SUBSEQUENTE CONTRATO.**

36. **Não é razoável exigir** um vão livre mínimo de 420 mm e que o motor seja do próprio fabricante **sem justificativa técnica/operacional e econômica.**

(...)

53. **Ante ao exposto, resta caracterizado a inexistência de justificativa de natureza técnica e/ou operacional para sustentaras exigências de ‘vão livre do solo mínimo de 420 mm’ e de ‘motor próprio do fabricante’, incorrendo em restrição indevida à**

**competitividade da licitação, impedindo a participação de um maior número de licitantes no mencionado certame e prejudicando a satisfação da obtenção da proposta mais vantajosa.**

(...)

c.2) **promova a anulação de todos os atos** inerentes ao seguinte item do Pregão Presencial 10/2009, **em razão de descumprimento do art. 3º, II, da Lei 10.520/2012 e do art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93, na medida em que houve restrição injustificada ao caráter competitivo do certame, ao se exigir no edital, 'vão livre do solo mínimo de 420 mm' e de 'motor próprio do fabricante', sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional.**

(Grifamos)

É preciso se ter a compreensão, que havendo retificação no tocante ao descritivo do objeto, não haverá prejuízos a este erário, pois a única intenção desta IMPUGNANTE é em ampliar a competitividade no futuro certame, aumentando, ainda mais a possibilidade de se alcançar a proposta mais vantajosa na busca de economicidade, sem restringir a participação de outras empresas.

Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Ed. Dialética, corrobora o entendimento de que não se devem fazer exigências restritivas, ao afirmar:

*“...também não se admitem requisitos que, restritivos à participação no certame, **sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado.** Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, **sem maiores referências ou detalhamentos.**”* (Grifamos)

Mais jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme trecho do Acórdão nº 2879/2019 abaixo:

*“9.3.2. observe o disposto nos arts. 3º, 14 e 40, inciso I, da Lei no 8.666/93, e no art. 3º da Lei no 10.520/02, abstendo-se de incluir, nos instrumentos convocatórios, **excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores de serviços objeto do certame;**” (TCU, ACÓRDÃO 2879/2019 - PLENÁRIO, Processo 004.805/2019-4, Relator RAIMUNDO CARREIRO, Data da Sessão 27/11/2019) (Grifamos).*

No mesmo sentido, a jurisprudência do TCU é firme em indicar a necessidade de o gestor indicar as razões que motivam a decisão de restringir a disputa a determinadas marcas:

*“**A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada nos autos do procedimento licitatório.** (Acórdão 4476/16 – 2ª Câmara).” (Grifamos)*

Neste diapasão, mister destacar que o Tribunal de Contas da União é incisivo no sentido de que *“**Especificações com potencial de restringir o caráter competitivo da licitação devem ser adequadamente fundamentadas, com base em estudos técnicos que indiquem a sua essencialidade para atender as necessidades do órgão ou da entidade contratante**” (Acórdão 1973/2020-Plenário do TCU). (Grifamos)*

O certame tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, buscando ainda a máxima competitividade, com o fim de alcançar a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Sendo assim, é vedada exigências editalícias que apenas impedem a participação de empresas na licitação, ferindo o princípio da isonomia, conforme ensina o professor Marçal Justen Filho:

*“Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. **A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.**”*

*“Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: **a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração;** c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades de futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou ilegais.”*

*“**Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar particulares.** (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.” (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 8ª edição, Dialética – 2001, págs.60, 61 e 78) (Grifamos)*

Neste sentido, também nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra Aspectos Jurídicos da Licitação com relação à elaboração dos editais afirma **“que o essencial é que não se incluam cláusulas de favorecimentos ou de discriminação em favor ou contra determinados interessados.”** (Grifamos)

E mais adiante à página 107, o ilustre autor continua:

***“O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar” (Grifamos)***

Nesse sentido, a manutenção das exigências restringe a participação da ora Impugnante e demais proponentes na apresentação de proposta de menor valor e mais vantajosa para a Administração Pública, de forma que a alteração acima pleiteada de melhor modo assegurará a execução do contrato sem comprometer a qualidade e quantidade de serviços pretendidos, previstos no edital.

Vejamos ainda, parecer do TCU – Tribunal de Contas da União, sobre o assunto:

**GRUPO II – CLASSE VII – Plenário**

**TC-015.282/2011-2**

**Natureza: Representação.**

**Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo/ES.**

**Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo – Secex/ES.**

**SUMÁRIO:** REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. UTILIZAÇÃO DE TERMO IMPRECISO PARA CARACTERIZAR O OBJETO LICITADO. **RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE**



**CONCRETIZAÇÃO DE ATO ANTIECONÔMICO.** ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

1. A definição do objeto a ser licitado deve ser precisa, de modo a refletir, com a maior exatidão possível, o que a entidade deseja adquirir, consoante o disposto no art. 14 da Lei n. 8.666/1993.

2. A Administração deve pautar-se, dentre outros, sob o critério da economicidade, buscando adotar soluções que atendam às suas demandas com o menor custo possível.

3. A utilização, em editais de licitação, de especificações que impossibilitam a participação no certame de empresas ofertantes de bens com aptidão técnica de suprir a demanda da Administração constitui-se restrição indevida à competitividade, caracterizando afronta ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993.

4. Fixa-se prazo para a anulação de licitação cuja competitividade foi cerceada de forma irregular, e, ainda, quando o torneio dá ensejo à concretização de ato antieconômico. (Grifamos)

Existe um Acórdão Clássico sobre licitações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande Do Sul que precursor na conjugação dos princípios Constitucionais e Administrativos é até hoje citado por administrativistas de primeira grandeza em inúmeras decisões dos Tribunais Superiores sobre a matéria em questão:

**“Visa a Concorrência Pública a fazer com que o maior número de licitantes se habilite para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses.** Em razão desse escopo, **exigências demasiadas e rigorismos inconsetâneos com a boa exegese da lei devem ser**

**arredados.”** (RDP 14/240) e do Egrégio Tribunal de Justiça na *Apelação Cível no 70015284896.”* (Grifamos)

Dissertando sobre o princípio de competitividade, José dos Santos Carvalho Filho se manifesta no seguinte sentido:

**“significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.** Em outras palavras, **deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes,** para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, **sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”.** CARVALHO FILHO. José dos Santos. *Manual do Direito Administrativo*. 36 ed. São Paulo. Atlas, 2022, p.558. (Grifamos)

Buscamos tratamento isonômico junto a esta municipalidade, e que seja observado a regra contida no art. 5º da NLL 14.133/2021:

Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade,** da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade,** do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, **da razoabilidade, da competitividade,** da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do *Decreto-Lei no 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)*. (Grifamos)

Ainda, o art. 9º da da NLL 14.133/2021, veda aos agentes públicos:

Art. 9º **É vedado ao agente público** designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:**

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório,** inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) **sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;**

II - **estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial,** legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei. (Grifamos)

Portanto Senhores, demonstrado o “fumus boni iuris”, através do exposto acima, resta claro a necessidade de alteração ao edital por parte desta comissão de licitação, agindo de acordo com os mandamentos legais, seguindo jurisprudência dos tribunais pátrios e TCU, assim como a ampla doutrina, buscando ampliar a competitividade do certame e aumentando a possibilidade de se ter economicidade quanto a aquisição do objeto, além, do dever de se acatar as decisões do TCU, conforme sua súmula 222:

SÚMULA Nº 222

**As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.** (Grifamos)

**IV- DO PEDIDO**

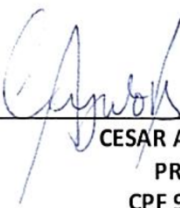
*Ex Positis*, seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO, para que conhecida, seja analisado seu mérito e ao final seja:

**1 – ALTERADO** o descritivo do objeto, do item 001 (VEÍCULO “SUV”), passando a constar a seguinte descrição:

**Aquisição de veículo “SUV” com as seguintes características:**  
**(...) freios a disco nas quatro rodas OU FREIOS A DISCO NAS RODAS DIANTEIRAS E TAMBOR NAS RODAS TRASEIRAS;**

**TERMOS EM QUE SE PEDE DEFERIMENTO.**

NOVO HAMBURGO, 16 DE JUNHO DE 2025.

  
\_\_\_\_\_  
CESAR AUGUSTO VIEGAS  
PROCURADOR  
CPF 922.592.600-63  
RG 7070292888